

Congresso generoso é ameaça para economia

BRASÍLIA — Em documento encaminhado à Presidência da República, o Ministério da Economia apontou 12 razões para que a política antiinflacionária apresente resultados nos próximos meses. A lista é encabeçada pela boa safra agrícola, que irá segurar os preços dos alimentos a partir de março. Mas também existem riscos capazes de anular parte dos ganhos e o maior deles está no Congresso Nacional, que pode ser tentado a aprovar uma nova lei para o salário mínimo com reajustes a intervalos reduzidos. O problema é que toda vez que aumenta o mínimo, 12 milhões de aposentadorias e pensões são reajustadas e isso levaria o sistema a uma crise sem precedentes. Neste momento, não existe lei para o mínimo e o governo deve encaminhar sua proposta ao Congresso no mês que vem.

O segundo risco mais temido pela equipe econômica está nos estados e municípios, num ano de eleições municipais. "As eleições não trazem qualquer risco na área federal, porque temos controle de todo o dinheiro. Mas não temos a menor idéia de

como vão se comportar os estados e municípios", admite o secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente. "Isso não significa que haverá descontrole." Reunida na última segunda-feira, a equipe econômica analisou o possível comportamento da sociedade ante a renitência da inflação na faixa de 23% a 25%. Chegaram à conclusão de que o clima de tranqüilidade econômica, obtido nos nove meses da administração Marcílio poderá se perder se a inflação não começar a descer, mesmo que de maneira lenta. Saíram da reunião convictos de que não existe mais espaço para aumento da inflação.

Essa tranqüilidade, inclusive a idéia de que o governo não fará qualquer novo choque econômico, é considerada o grande trunfo da equipe. "É esse clima que permitiu o repatriamento de uns US\$ 6 bilhões desde meados do ano passado", constata o ex-ministro da Fazenda Maílson Ferreira da Nóbrega. Grandes empresários que tinham tirado os dólares do país estão trazendo o dinheiro de volta "para aplicar a juros ou fugir dos juros internos", acrescenta Maílson.

PERIGOS INFLACIONÁRIOS

■ **Eleições** — Estados e municípios podem se endividar para bancar as eleições. Isso aumenta o déficit público e gera inflação.

■ **Lei salarial** — O Congresso receberá em março nova proposta de lei para o salário mínimo. Se houver reajustes em períodos curtos, a Previdência não aguentará pagar 9,5 milhões de aposentados que ganham o mínimo.

■ **Estatais** — Gastos exagerados, inclusive com salários. Há indícios de que muitas estão se endividando irre-

gularmente, o que afeta o déficit público.

■ **Previdência** — Se o STF decidir que o governo deve pagar os 147% aos aposentados, só uma mudança na Previdência, a ser aprovada pelo Congresso, evitará a falência do sistema.

■ **Surpresa externa** — Uma surpresa internacional, como uma nova guerra a exemplo do que aconteceu com o Golfo Pérsico no final de 90. Na época, a inflação estava baixa e acabou impulsionada pelos preços do petróleo.

TRUNFOS DE MARCÍLIO

■ **Safra** — A boa safra que começa a ser colhida no Centro-Sul pode segurar os preços dos alimentos por alguns meses.

■ **Política austera** — Os instrumentos monetários têm surtido efeito e o governo tem retirado o máximo de dinheiro de circulação, o que contribui para segurar o consumo (e, consequentemente, a inflação).

■ **Tarifas** — Está praticamente terminado o processo de recuperação das tarifas públicas, o que gera dinheiro para as estatais, as quais não precisarão recorrer ao Tesouro para investir.

■ **Exportações** — Câmbio atrativo está mantendo elevadas as ex-

portações. Com o programa de incentivo ao comércio lançado na semana passada, as vendas vão subir mais. Isso reduz os custos sociais da recessão.

■ **Privatização** — O programa de venda das empresas estatais deslanhou.

■ **Dólares** — O clima de tranqüilidade, com os empresários acreditando que não haverá novo pacote, está permitindo repatriamento de dólares e entrada de investimentos estrangeiros.

■ **Gastos** — Contingenciamento das verbas do Orçamento. Só se gasta o que for arrecadado. Assim, não há necessidade de novos endividamentos públicos.